

**FACULDADE UNILEYA**

**CÉSAR MAXIMIANO DUARTE**

**JOHN LOCKE A TEORIA DA SENSIBILIDADE**

**BRASÍLIA/DF**

**2021**

## 1. BREVE INTRODUÇÃO HISTÓRICA<sup>1</sup>

Nascido em 1632, John Locke era filho de um cavalheiro de menor importância que serviu na cavalaria parlamentar. Em Westminster School aprendeu grego, latim e hebraico, concluindo seu mestrado em 1658 na Igreja de Cristo, em Oxford.

Durante essa época, Locke redigiu vários panfletos em defesa da ortodoxia anglicana, além de ter estudado por sete anos para se qualificar em medicina.

Já exercendo o ofício de médico e conselheiro político de Anthony Ashley Cooper, membro do gabinete interno de Carlos II, Locke escreveu o *Ensaio sobre a tolerância*, defendendo a retirada de constrangimentos doutrinários, salvo para os católicos romanos.

Dados os acontecimentos políticos da época, John Locke, que se identificava com os projetos de Shaftesbury, teve de fugir para a Holanda, onde, além de escrever *Dois tratados sobre o governo civil*, redigiu também o seu *Ensaio acerca do entendimento humano*, uma obra composta por quatro livros, onde o pensador, ao tratar da epistemologia, aprofunda-se sobremaneira nas **teorias da sensibilidade**.

---

<sup>1</sup> Os dados deste tópico foram extraídos, em sua integralidade, de VILLEY, Anthony. **Uma nova história da filosofia ocidental. Volume III: o despertar da filosofia moderna**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2009. p. 71-72.

## 2. A TEORIA DA SENSIBILIDADE DE JOHN LOCKE

### 2.1. A refutação de ideias e princípios inatos

Em sua obra *Ensaio acerca do entendimento humano*, Locke elabora um argumento para comprovar a existência das ideias. Segundo ele, todo homem tem consciência de que pensa, e, quando pensa, sua mente está ocupada de ideias. Deste modo, é indubitável que as mentes humanas têm várias ideias, que, portanto, existem<sup>2</sup>.

Na mesma obra, Locke defende que não existem princípios, tampouco ideias, inatos em nossas mentes. Segundo ele, todas as ideias derivam, seja por combinação, seja por reflexão, da experiência.

Os princípios não são inatos, salvo se suas ideias o forem, pois seria inconcebível, segundo o Locke, que os princípios, que são proposições das ideias, fossem inatos tendo nascedouros, que são as ideias, não inatos. Pois se as ideias são sabidamente inatas, como há de ser desenvolvida em sua teoria da sensibilidade, houve um tempo em que a mente estava sem esses princípios, que não podem ser inatos, *ex vi logicae*<sup>3</sup>.

Ainda segundo Locke, a ideia de Deus não é igualmente inata. Para comprovar tal assertiva, ele aponta que se descobriam nações inteiras entre as quais não se encontra nenhuma noção de Deus ou de religião. Tais nações seriam o exemplo de que a natureza inculta fora mantida por si mesma irreconhecível ou, por carecerem da ideia de uma divindade, simplesmente desconheciam a Deus?<sup>4</sup> A segunda hipótese é a que o autor vai abraçar durante toda a sua obra.

A origem da opinião acerca dos princípios e ideias inatos deu-se, segundo o pensador em análise, quando os homens descobriram certas proposições gerais que não podiam ser questionadas **logo que entendidas**. O caminho intelectual mais rápido e fácil foi concluir que se tratava de princípios e ideias inatos.

Todavia, mesmo no caso de disciplinas apriorísticas, como a geometria ou a aritmética, as ideias que o ser humano emprega, em que pese preexistentes, não seriam inatas, pois demandariam da experiência humana para serem internalizadas em forma de conhecimento<sup>5</sup>.

A ideia geral de um triângulo, por exemplo, não seria, para o pensador, preexistente e internalizada em cada um de nós, tampouco estaria em um mundo das ideias, acessado por

---

<sup>2</sup> LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Cultural, 1999. p. 57.

<sup>3</sup> *Idem*, p. 51.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 52.

<sup>5</sup> Cf. Anthony Villey, *op. cit.*, p. 72.

alguns. **O contato visual com diversas formas de triângulo é que faz surgir a ideia geral de triângulo**, que não deve ser nem oblíquo nem retângulo, nem equilátero, nem isósceles, tampouco escaleno, mas sim **todos estes e nenhum deles ao mesmo tempo**.

## 2.2. A impossibilidade de revelação da real essência dos objetos

As substâncias no mundo possuem diversos predicados, dos quais cada um de nós faz uso quando nos prestamos a definir coisas de tipos diferentes<sup>6</sup>. Todavia, a simples definição de um objeto não revela a sua real essência, senão e tão somente a sua essência nominal.

Por essência real entende-se o ser de qualquer coisa, aquilo que faz a coisa ser o que é. Deste modo, pese geralmente desconhecida nas substâncias, a constituição interna real das coisas, às quais suas finalidades “descobríveis” estão subordinadas, pode ser chamada de “a essência das coisas”. Quando tratamos da essência de determinada coisa particular, todavia sem a nomear, estamos falando de sua essência real.

Em contrapartida, as essências nominais são as classificações humanas dadas às coisas particulares, a fim de verificar mentalmente se uma coisa particular concorda com certas ideias abstratas, às quais temos anexado esses nomes. Exemplifica-se tal expediente, bem como a atividade humana de separar o mundo em escaninhos mentais, citando-se a divisão em classes, espécies, gênero etc.

Há, ainda, uma conexão constante entre a essência nominal e o nome, posto que “*o nome de qualquer classe de coisas não pode ser atribuído a qualquer ser particular, a não ser o que tem sua essência, por meio da qual ela corresponde a esta ideia abstrata a respeito da qual este nome é o signo*” (E, 157).

No que tange à essência real, Locke afirma que qualquer distinção realizada por ela é inútil. Há duas opiniões sobre as essências reais, quais sejam i) a suposição de que todas as coisas naturais são feitas de determinada essência, e, portanto, participam da mesma espécie, e ii) a suposição, mais racional, de que todas as coisas naturais teriam uma constituição real, porém desconhecida, por ser uma parte insensível (não detectável pelos sentidos), sendo que de tal parte insensível surgiriam qualidades sensíveis suas, estas sim nos servindo para distingui-las entre si<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> *Idem*, p. 73.

<sup>7</sup> Locke, *op. cit.* p. 158

Quanto à opinião “i”, Locke afirma que não passa de produtora de confusão, vez que a natureza produz frequentemente diversos monstros em todas as espécies de animais, sendo então impossível que duas coisas semelhantes participem efetivamente da mesma essência, tais quais duas figuras distintas participarem da mesma essência real de círculo, mesmo tendo diferentes atributos<sup>8</sup>.

O que restaria, portanto, seria a opinião “ii”, a qual, *per definitionem*”, não revela a real essência da coisa, senão predicados derivados dela.

### **2.3. As ideias abstratas, a teoria da substância e a importância da linguagem**

A abordagem considerada como de maior importância do *Ensaio acerca do entendimento humano* é a discussão das ideias abstratas e da teoria da substância.

Segundo Locke, além de as essências reais dos objetos não serem inatas ao sujeito, elas “são incriáveis e incorruptíveis” (*E.*, III, 19). Em outros termos, as coisas são como são, e a internalização dessa realidade não pode se confundir com a criação da própria essência da coisa internalizada, que é inteiramente independente daquele que a observa. As essências também são incorruptíveis porque, mesmo que deixe de existir qualquer círculo no mundo, apesar disso a ideia anexada ao nome não deixaria de ser o que é, assim como um falecido não deixa de ser quem foi, após sua morte, para cada um que o conhecia. Para além, embora jamais tenha existido ou estado na natureza um ser como o unicórnio ou a sereia, dada a conexão destes nomes com ideias complexas puramente abstratas e inconsistentes, a essência da sereia é tão inteligível quanto a do homem, e a ideia do unicórnio retumba tão firme e delineada na mente humana como a do cavalo<sup>9</sup>.

Resta hialino, portanto, que a doutrina da imutabilidade das essências prova que elas nada mais são que ideias abstratas, fundadas na relação estabelecida entre elas e certos sons que delas são “sinalísticos”. Enquanto o mesmo nome mantiver o seu significado, a ideia será sempre verdadeira<sup>10</sup>.

O conhecimento humano, para os empiristas, e, por consequência, para Locke, deriva, direta ou indiretamente da via sensorial. A organização das informações internalizadas, que é parte do processo do conhecimento, é feita pela construção de proposições. Neste sentido, as ideias abstratas e as palavras gerais apresentam uma relação tão constante umas com as outras

---

<sup>8</sup> *Idem.*

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 158.

<sup>10</sup> *Ibidem.*

que é impossível falar do conhecimento humano sem, primeiramente, afirmar a importância da natureza, do uso e do significado da linguagem<sup>11</sup>.

Quando crianças, os seres humanos, por repetidas sensações, fixam algumas ideias na memória, e começam a aprender a usar os signos como método de comunicação dessas ideias. O processo torna-se completo quando a criança desenvolve a habilidade da fala, momento em que pode repetir o que os outros falam, bem como inventar sons para designar as coisas<sup>12</sup>. Um exemplo familiar foi a criação do termo “cucuta” por este que escreve, quando criança, como representativo de lagartixa: até hoje, depois de quarenta anos, se a palavra “cucuta” for dita no seio familiar, todos saberão do que se trata.

Segundo Locke, a abstração, capacidade inata do homem, ocorre no seio do processo de comunicação das ideias pelas palavras. Para comunicar as ideias no plano da linguagem, é preciso ter disponível um número determinado de palavras. De posse de tais signos linguísticos, a mente realiza uma generalização no terreno das ideias, a fim de não levar a combinação de palavras – e ideias – ao absurdo do infinito. É deste modo que a internalização dos entes particulares, que são percebidos pelo sujeito através dos órgãos sensoriais, ganha o formato de ideia, um “algo” intangível que se torna representativo de todos os entes particulares pertencentes a uma mesma essência. Essas “precisas e nuas aparências da mente” são constituídas pelo padrão de organizar, em diversas classes, as existências reais, dando-lhes, no plano das palavras, um nome que se acorde com o objeto<sup>13</sup>.

Portanto, não se equivoca a afirmação de que a capacidade de abstração está intimamente ligada à capacidade linguística de um indivíduo: quanto maior é o aparato linguístico de um indivíduo, tanto maior é sua capacidade de formular ideias mais complexas.

A linguagem é a ferramenta do pensamento humano. Enquanto a linguagem é adquirida, a capacidade geral para o entendimento, que é o pensar, esta sim é inata. Aliás, é a capacidade de entendimento que situa o homem acima do resto dos seres sensíveis (*E*, p. 29).

---

<sup>11</sup> Villey, *op. cit.*, p. 73.

<sup>12</sup> RODRÍGUES, Ricardo V. **A Teoria do Conhecimento de John Locke (1632-1704)**. Disponível em <[http://www.institutodehumanidades.com.br/arquivos/a\\_teorias.pdf](http://www.institutodehumanidades.com.br/arquivos/a_teorias.pdf)>. Acesso em 07/04/2021.

<sup>13</sup> *Idem*.

## 2.4. O conceito e classificação das ideias

Como já abordado, John Locke afirma que as ideias, não inatas, têm apenas duas fontes: as observações dos objetos sensíveis exteriores, ou as observações acerca das operações internas da mente, as quais são igualmente imbricadas às experiências pretéritas. Em miúdos, se o ser humano é uma tábula rasa, sendo-lhe inata somente a propensão em organizar as coisas para a compreensão do mundo, esta organização só se dá pela via da experiência sensorial<sup>14</sup>.

Por isso que as primeiras fontes das ideias, que são a experiência, são chamadas por Locke de **sensação**. As segundas, que são a percepção das operações interiores da própria mente, são chamadas somente de **operações**. O processo de observação dessas operações é chamado de **reflexão**, que é o ato de a alma voltar sobre si mesma, em uma atividade totalmente distinta da sensação, em que pese demandar dela em um primeiro momento para poder existir em um segundo<sup>15</sup>.

Nossas ideias abstratas e palavras gerais apresentam uma relação tão constante uma com as outras que seria impossível falar do conhecimento humano, que se dá, todo ele, por proposições, sem considerar, *prima facie*, a natureza, o uso e o significado da linguagem.

Entre as ideias reflexivas, a primeira e mais importante ideia é a ideia de percepção, sendo este o primeiro exercício da mente sobre as ideias. Trata-se de uma experiência puramente passiva, de olhar para dentro de si. Tais experiências são “*o alicerce em que Locke assenta sua filosofia*”<sup>16</sup>.

As ideias, portanto, podem ser conceituadas como um **produto mental da experiência exterior, seja esta mediata ou imediata**, tanto por poderem ser a internalização direta de uma experiência sensorial, quanto por poderem ser a ocupação da alma sobre si mesma (reflexão), o que lhe exige atenção ao objeto do seu conhecimento, que, por seu turno, deriva do mundo exterior.

A mente pode efetivar combinações variadíssimas das ideias que adquiriu, sendo um exemplo disso a observação do próprio ser humano: as crianças não nascem com todo o cabedal de suas ideias já completo, mas as suas mentes vão sendo povoadas por elas na medida em que entram em contato com a realidade circundante, o que se dá através dos sentidos, ou na medida em que passam a observar os processos interiores que lhes surgem. E é assim que a mente

---

<sup>14</sup> *Ibidem*.

<sup>15</sup> Villey, *op. cit.*

<sup>16</sup> Cf. Villey, *op. cit.*, p. 72.

infantil vai se enriquecendo de ideias, mesmo que estas não lhes sejam ensinadas de forma direta<sup>17</sup>.

Dada a variação de combinações mentais para a formação das ideias, Locke as classifica de várias maneiras: há ideias simples e complexas; claras e distintas, obscuras e confusas; e, como a pouco mencionado, ideias de sensações e ideias de reflexão.

---

<sup>17</sup> *Idem.*

### 3. RACIONALISMO *versus* EMPIRISMO

Existem ideias inatas? Esta é a questão que separa os filósofos em racionalistas ou empiristas. Apesar das diferenças, existem muitas similitudes entre o racionalismo cartesiano e o empirismo de John Locke.

Como já mencionado, tanto Descartes quanto Locke entendem que a capacidade de pensar é inata ao ser humano. Além disso, premissas universais, a exemplo de “um e dois somam três” tratam-se, para Descartes, de princípios inatos que reconhecemos. Locke, apesar do empirismo de sua teoria da sensibilidade, não pensa que tais premissas dependem da experiência. A diferença é sutil, mas, para Locke, o que depende da experiência são os conceitos que formam as proposições, e não a anterioridade das proposições em relação à compreensão humana. Ainda sob este tema, Descartes não afirma que todas as ideias inatas são princípios aceitos tão logo sejam entendidos: alguns deles tornam-se claros e, assim, distintos, somente depois de laboriosa meditação<sup>18</sup>.

Em que pese admitir que existem premissas universais pretéritas ao conhecimento humano (e não inatas ao ser humano), Locke defende que inexistem princípios que determinem assentimento universal. No afã de comprovar suas ideias, ele empilha diversos eventos de violações frontais às máximas morais que se assemelham fundamentais aos cristãos civilizados, a exemplo de pais que não cuidam de suas crianças<sup>19</sup>. Há também maridos que ofertam suas esposas aos visitantes, por exemplo.

Em relação à base do conhecimento científico, Descartes argumenta que a experiência sem um elemento inato seria insuficiente para o conhecimento científico; já Locke persiste com a ideia de que os conceitos inatos sem a experiência não podem ser a causa do conhecimento que o ser humano tem do mundo. Os atentos percebem um fio a costurar as duas ideias, que, em verdade, não se contradizem.

Enquanto Locke afirma que a crença de que há ideias inatas no ser humano é algo contrário à razão e à experiência. Mas Descartes não acreditava que nosso conhecimento da cor ou do gosto de uma maçã particular fosse algo inato. O que a ele era inato era a ideia geral de vermelhidão, ou de doçura, *e.g.* E esta ideia foi, em certa medida, aceita por John Locke quando ele diz que “*nossas ideias de tais qualidades são inteiramente subjetivas*”<sup>20</sup>.

Neste sentido, Locke faz uma analogia entre a percepção e o sentimento:

---

<sup>18</sup> *Ibidem*.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 159.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 160.

E aquele que considerar que o mesmo fogo que a uma distância produz em nós a sensação de calor produzirá quando bem mais próximo a sensação bem mais diferente de dor, deveria ele mesmo refletir que razões tem para dizer que sua ideia de calor, que foi nele produzida pelo fogo, está de fato no fogo, e sua ideia de dor, que o mesmo fogo nele produziu da mesma maneira, não está no fogo (*EHU*, 137).

Deste modo, ser fervente ou acalentador não é uma simples propriedade do fogo, mas sim uma propriedade complexa, pertencente àquele que experimenta, e não ao objeto em si, objeto este que possui, ao mesmo tempo, características de parecer infernal em dada circunstância, e, em outra, confortável.

É esta subjetividade encontrada por Locke que acabará funcionando, como se pretende demonstrar, como um dos elementos poéticos do materialismo histórico-dialético, bem como das filosofias relativistas do século XX.

#### 4. O EMPIRISMO E O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

Materialismo pode ser definido como toda concepção filosófica que aponta a matéria como substância primeira e última de qualquer ser, coisa ou fenômeno do universo. Assim, os materialistas afirmam que a única realidade é a matéria em movimento, que compõe todos os corpos que existem. Trata-se, então, de uma contraposição ao idealismo, cujo elemento primordial é a ideia, o pensamento ou o espírito<sup>21</sup>.

Apesar de o empirismo refugar as ideias inatas, ele ainda se debruça na concepção de formação das ideias, que se dão, aprioristicamente, pelos sentidos. De fato, sob uma análise acurada, a apreensão de um objeto pelos sentidos, com sua posterior internalização mental, demanda o objeto em si, que, para existir, necessita de matéria.

Em que pese o materialismo, portanto, ser um contraponto do empirismo, ou, para dizer de forma menos equivocada, adotar um objeto de estudo distinto do empirismo, o materialismo dialético é capaz de encontrar em tal corrente filosófica ao menos um substrato válido à sua *poiesis*

O materialismo dialético pode ser definido como a filosofia do materialismo histórico, ou seja, o corpo teórico que pensa a ciência da história. São quatro os seus fundamentos: i) a história da filosofia, que registra um histórico enfrentamento entre o princípio idealista e o materialista; ii) o ser determina a consciência, e não o oposto (aqui há o ponto de congruência com o empirismo); iii) toda a matéria é essencialmente dialética, sendo o contrário da dialética a metafísica, que entende a matéria como estática e anistórica; iv) a dialética é o estudo da contradição na essência mesma das coisas<sup>22</sup>.

Apesar de o empirismo debruçar-se sobre a formação das ideias, ele o faz tangenciando o materialismo: quando John Locke, por exemplo, afirma que todas as ideias são fruto das experiências sensoriais, ele está, naquele momento histórico da filosofia, construindo uma ponte entre a metafísica e o mundo material, pois, se assim o é, a existência das ideias é dependente da existência dos objetos, e estes encontram-se no mundo material.

Ademais, ao afirmar que são as experiências sensitivas as responsáveis pelo estopim do processo de abstração, não é nada equivocado afirmar que os conceitos e ideias preestabelecidos de um ser humano dependem direta e exclusivamente das experiências que teve durante a sua vida.

---

<sup>21</sup> ALVES, Alvaro Marcel. **O método materialista histórico-dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade.** Assis: Revista de Psicologia da UNESP 9(1), 2010.

<sup>22</sup> *Idem.*

Deste modo, para além de o ser determinar a consciência, aquilo que o ser experienciou é que é, de fato, o substrato primogênito de seu modo de pensar. E é aqui que a matéria ganha historicidade: nada nem ninguém é algo simplesmente introjetado no mundo. Tudo e todos estamos no mundo, em determinadas circunstâncias históricas e sociais. Assim, as experiências são embebecidas de historicidade, e essa historicidade, como objeto, é o insumo básico da formação de determinadas ideias quando de sua apreensão pelo sujeito.

Neste sentido, Karl Marx criticava tanto o idealismo quanto o empirismo. Para ele, aquele era o erro típico da filosofia, e este, o empirismo, era o erro endêmico do senso comum. Todavia, como já visto, Marx não destruiu, mas apenas buscou superar as correntes filosóficas anteriores. Ao se posicionar contrário à ontologia idealista das formas, ideias ou noções, com suas totalidades conceituais, e ao mesmo tempo criticar a ontologia empirista dos fatos atomizados e dados pelo mundo real, ele demonstra que ambas as correntes filosóficas desestratificam a ciência, “des-historicizando” a realidade. Em miúdos, o empirismo aponta à historicidade, mas não a sustenta.

Apesar dessa lacuna, é forçoso reconhecer que o empirismo serviu como ponte entre o platônico mundo das ideias, que durou mais de um milênio, e o mundo real. Se hoje há uma estrada materialista histórico-dialética bem pavimentada, sua existência deve agradecimentos ao empirismo de Hume e Locke.

#### 4. CONCLUSÃO

O que se pretendeu neste trabalho foi, *a priori*, desenvolver uma base histórico-filosófica acerca do empirismo de John Locke, para, então, partir em busca de raízes empiristas no pensamento marxista.

Neste sentido, a exposição da construção filosófica de John Locke acerca do conhecimento demonstrou que as experiências sensíveis funcionam como pano de fundo para a formação das ideias, explicando, também, como funciona para tal pensador o processo de internalização do mundo sensível.

Os desdobramentos e conclusões demonstraram foram capazes de demonstrar a importância da linguagem para a construção do pensamento humano, em um processo denominado de abstração, e, ao fim, parece ter ficado clara a importância desse momento histórico da filosofia ocidental moderna.

Como pôde ser visto, o empirismo surgiu como verdadeira ponte entre a metafísica e o mundo material, sendo possível, a partir dele, desenvolver, com concretude, teorias materialistas diversas.

Inclusive, há de se salientar que o aspecto subjetivo da apreensão e posterior compreensão da realidade que fora talhado pelo empirismo de John Locke é, em certa medida, a base para o surgimento de Friedrich Nietzsche, o carrasco da filosofia, bem como para diversas das teorias do séc. XX, que passaram a relativizar os conceitos, os princípios, as ideias, a verdade e até própria concepção de mundo.

Para a alegria dos nominalistas e a tristeza dos universalistas, foi imensa a contribuição de Locke para o desenvolvimento da filosofia relativista, que partiu de sua subjetividade para desconfigurar sua própria concepção de verdade, e assim fundar o mundo de incertezas filosóficas de hoje, que refletem em todas as esferas da sociedade, a exemplo do universo jurídico.

John Locke, ao criticar os racionalistas, acabou criticando os relativistas da atualidade. Segundo suas preleções, **o amor à verdade deveria nos impedir de acalentar qualquer proposição com maior certeza que a evidência que temos para tal**<sup>23</sup>:

Quem quer que ultrapasse essa medida de assentimento, é claro, recebe não a verdade por amor a ela mesma, e não ama a verdade pela verdade em si, mas por alguma outra razão (*EHU*, 697)<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> Villey, *op. cit.*, p. 73.

<sup>24</sup> In Villey, *idem*.

## **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALVES, Alvaro Marcel. **O método materialista histórico-dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade**. Assis: Revista de Psicologia da UNESP 9(1), 2010.

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Cultural, 1999.

RODRÍGUES, Ricardo V. **A Teoria do Conhecimento de John Locke (1632-1704)**. Disponível em <[http://www.institutodehumanidades.com.br/arquivos/a\\_teorias.pdf](http://www.institutodehumanidades.com.br/arquivos/a_teorias.pdf)>. Acesso em 22/04/2021.

VILLEY, Anthony. **Uma nova história da filosofia ocidental. Volume III: o despertar da filosofia moderna**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2009.